

## PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOURADA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA NO CERRADO GOIANO

263

### SERRA DOURADA STATE PARK: A DISPUTED TERRITORY IN THE CERRADO OF GOIÁS

**ALINE DE FÁTIMA MARQUES**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO),  
da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Campus Riachuelo, Jataí / GO  
ma.alinemarques@gmail.com

**RICARDO JUNIOR DE ASSIS FERNANDES GONÇALVES**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO),  
da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)  
ricardo.goncalves@ueg.br

**Resumo:** O Parque Estadual da Serra Dourada, situado nos municípios de Mossâmedes, Goiás e Buriti de Goiás, é um território em disputa no Cerrado Goiano. Buscou-se demonstrar que o entorno e a área original do Parque são pressionados e disputados por distintos sujeitos e atores do turismo, da mineração, da gestão pública, da pesquisa e dos movimentos ambientalistas. Pesquisadores, estudantes, guias turísticos, ambientalistas, garimpeiros, fazendeiros e gestores públicos expressam diferentes interesses e representações dessa Unidade de Conservação. A metodologia contou com pesquisa de campo, registros fotográficos, entrevistas e revisão bibliográfica, com foco na interpretação geográfica do Cerrado a partir da perspectiva territorial. Destaca-se que parte dos resultados deste artigo foram apresentados em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Acredita-se que a presente pesquisa contribui com o debate crítico sobre Unidades de Conservação. Também colabora com os distintos sujeitos e atores mobilizados na proteção e defesa do Parque Estadual da Serra Dourada e do Cerrado goiano.

**Palavras-chave:** Território. Unidade de Conservação. Cerrado. Goiás.

**Abstract:** The Serra Dourada State Park, located in the municipalities of Mossâmedes, Goiás and Buriti de Goiás, is a disputed territory in the Cerrado Goiano. It was sought to demonstrate that the surroundings and the original area of the Park are pressured and disputed by different subjects and actors of tourism, mining, public management, research and environmental movements. Researchers, students, tour guides, environmentalists, prospectors, farmers and public managers express different interests and representations of this Conservation Unit. The methodology included field research, photographic records, interviews and bibliographic review focusing on the geographical interpretation of the Cerrado from the territorial perspective. It is noteworthy that part of the results of this article were presented in a master's thesis defended in the Graduate Program in Geography (PPGEO), of the State University of Goiás (UEG). It is believed that this research contributes to the critical debate on Conservation Units. It also collaborates with the different subjects and actors mobilized in the protection and defense of the Serra Dourada State Park and the Cerrado of Goiás.

**Keywords:** Territory. Conservation Unit. Cerrado. Goiás.

## Introdução

O Parque Estadual da Serra Dourada, situado nos municípios de Mossâmedes, Novo Brasil, Goiás e Buriti de Goiás, é um território em disputa no Cerrado Goiano. O Bioma-Território Cerrado, conforme Chaveiro (2019), tem sido apropriado e cindido nas últimas décadas pela expansão da mineração e da fronteira agrícola, com implicações ambientais que pressionam as unidades de conservação. Diante da exploração de novos espaços para minas a céu aberto, criação de gado ou cultivo de monoculturas, as fitofisionomias, águas e solos são apropriados pelo capitalismo extrativo global. Partindo desses problemas, os parques assumem grande importância na preservação da biodiversidade, como é o caso do Parque Estadual da Serra Dourada.

Souza (2019, p.155), se referindo ao Parque Nacional da Tijuca, o maior Parque reflorestado do mundo, reflete sobre a preservação ambiental dos parques e faz os seguintes questionamentos: os parques são preservados a quem? Por quem? E por qual interesse? Neste sentido, pode-se questionar também: que tipos de usos e estratégias de apropriação ambiental transformam o Parque Estadual da Serra Dourada em um território em disputa?

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender o Parque Estadual da Serra Dourada como um território que configura usos, conflitos e disputas de maneira a mostrar as diferentes perspectivas políticas na concepção do Cerrado. O interesse no Parque como objeto de estudo surgiu a partir do contato preliminar através de passeios ecológicos e aulas de campo, além da familiaridade com a reserva biológica Prof. José Ângelo Rizzo, localizada entre os municípios de Mossâmedes e Goiás.

A metodologia contou com pesquisa de campo, registros fotográficos, entrevistas e levantamento teórico fundamentado no estudo geográfico do Cerrado e sua compreensão como território em disputa. Chaveiro (2019) questiona o referencial de bioma para classificá-lo e, ao fazê-lo, chama a atenção para o fato de que além de vegetação e animais, o Cerrado possui povos e comunidades, cultura e saberes específicos na forma de lidar com as águas, os solos, a vegetação e as sementes. No Cerrado, solos, rios, plantas e minérios são disputados por empresas nacionais e internacionais que exercem o controle corporativo e disputam os bens naturais cerradeiros (GONÇALVES, 2016).

Por isso, compreende-se também as Unidades de Conservação como territórios em disputa no Cerrado. A criação de uma Unidade de Conservação não ocorre fora de disputas e de interesses entre vários atores e sujeitos envolvidos. Ainda, mesmo ao serem demarcadas e criadas, a diversidade de bens naturais como águas, solos e plantas continua pressionada e ameaçada por interesses diferenciados que envolvem atores do agronegócio, do turismo, da mineração e da indústria farmacológica. Incluem também os interesses de povos e comunidades tradicionais que vivem no entorno destes territórios e concebem os bens comuns da natureza como patrimônio da vida.

Além desta introdução, o artigo divide-se em duas partes. Inicialmente, apresenta-se a interpretação do Cerrado como Bioma-Território, fundamentada na interpretação territorial integrada. No segundo momento, o foco é o Parque Estadual da Serra Dourada, suas características ambientais e o modo como pode ser considerado território em disputa no Cerrado Goiano. As considerações finais retomam os principais resultados apresentados no texto e sinaliza a importância da luta em defesa e proteção do Parque.

### **O Cerrado como Bioma-Território em disputa**

A discussão defendida neste artigo delinea uma análise do Cerrado como Bioma-Território de lutas históricas e de conflitos atuais, conforme defendido por Chaveiro (2019) e Chaveiro e Barreira (2010). Esses autores atentam às explorações e transformações implicadas nas formas de apropriação, controle e usos das terras, águas relevos e minérios.

As ferrovias, as hidrelétricas, as megaminas a céu aberto e subterrâneas, as hidrovias intermodais, os complexos turísticos e o agronegócio são grandes empreendimentos que representam as políticas desenvolvimentistas neste território (GONÇALVES, 2016). Contudo, o Cerrado requer ser compreendido como um território de ampla sociobiodiversidade, ao invés de ser visto apenas como um território aberto à reprodução e ampliação do capital nacional e internacional sob os custos da predação de vidas humanas, animais, vegetais e hídricas (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010).

O Bioma-Território Cerrado sofre interferências de diversos agentes, que transformam seu território de acordo com as disputas de poder, os processos de urbanização e o controle do

solo urbano, a expansão de redes técnicas e setores extrativos produtores e exportadores de *commodities* (GONÇALVES, 2016; CHAVEIRO, 2019).

O Cerrado recebe influências sociais de diversas formas que alteram suas paisagens. É impactado pela ação de distintos atores econômicos diretos ou indiretos, que impõem a produção de paisagens artificiais, alterando as diversidades fitofisionômicas, dos relevos e dos rios. Observa-se que o Cerrado não deixa de sofrer tais influências na medida em que se torna um território em disputa entre grandes corporações capitalistas.

Santos (2018) afirma que o Cerrado é caracterizado como uma fonte inestimável de recursos, composto por paisagens variadas. Para o autor, essa diversidade está presente na culinária; na medicina popular; nas opções de lazer em atrativos como cachoeiras, trilhas, mirantes; no artesanato; nas águas que abastecem os aquíferos.

De acordo com Almeida (2005), o Cerrado, além de ser vegetação e um ambiente natural, é também um produto histórico. Neste sentido, é apropriado e disputado por distintos sujeitos que o fazem de acordo com suas escalas de poder, bem como suas dinâmicas socioespaciais que determinam processos de controle corporativo (GONÇALVES, 2016). Diante disso, emergem formas de lutas, conflitos e organização do trabalho no território do Cerrado. Constitui-se, assim, uma visão histórica e política que considera os conflitos de apropriação e disputa dos territórios cerradeiros.

A apropriação do Cerrado nas últimas décadas problematiza o processo de mercantilização de bens comuns naturais. É um território disputado economicamente e atingido por ações e reações políticas, movimentos sociais e resistências. O interesse econômico sobre o Cerrado é amplo e ainda dispõe do uso de sua imagem como marca e logotipo de diferentes formas e em distintos lugares para o comércio em pequena e grande escala, inclusive para a exportação de produtos do Cerrado (CHAVEIRO, 2019). Chaveiro e Barreira (2010) entendem que

[...] os componentes como água, solo, relevo, geologia, vegetação participam diretamente dos usos e desdobram em conflitos que, por sua vez colocam em cena as representações e a ideologização do Cerrado. Ora, o que é o Cerrado para povos que vivem da caça, da coleta e da pesca em relação aos atores que o utilizam para gerar a renda territorial por meio de produtos de exportação em conformidade com os ditames da economia internacional? (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 20).

Os autores expõem a questão dos conflitos pela exploração do Cerrado, que se tornou objeto de investigação para diferentes grupos de pesquisadores, em diversos campos dos saberes. Ocorre também o fato de o Cerrado ocupar importante lugar na economia do país, além de continuar sendo uma promessa de riqueza, especialmente com os ímpetus de novos vetores econômicos da farmacoquímica (CHAVEIRO, 2019).

Essa disputa parte dos diferentes modos de vê-lo e de como usá-lo, destacando a riqueza de suas águas e diversidade genética, bem como o rico acervo da cultura de povos indígenas, camponeses e quilombolas. Sublinha-se ainda que, pela sua posição estratégica que ocupa no país e na região Centro-Oeste e por ser apropriado por sujeitos sociais, o Cerrado é um território com várias territorialidades (MARTINS *et al.*, 2016; CHAVEIRO, 2019). As transformações no Cerrado se intensificaram nos últimos anos, juntamente com o processo de modernização do território e da agricultura comercial.

A ação do capital transforma bens comuns em mercadorias e, nesse sentido, Moore (2015) evidencia que a acumulação do capital se tornou um processo social atuante sobre os seres humanos e a natureza. Dessa maneira, o autor destaca ainda o velho truque capitalista, que transfere os problemas criados pelo capital para a responsabilidade de todos, fundado no argumento de que a degradação ambiental resulta de fatores antropocêntricos. Contrapondo a política predatória da natureza, o autor destaca a necessidade de um projeto político emancipador e sustentável para o século XXI, com concepções éticas e ecológicas.

À vista disso, considera-se que o capital extrativo que se expande no Cerrado demonstra como a natureza é apropriada, emergindo a necessidade de proteger sua sociobiodiversidade (CHAVEIRO, 2019). Contudo, mesmo as áreas do Cerrado delimitadas como de proteção permanente passam a ser pressionadas pelos poderes econômicos e políticos.

Por consequência, compreender o modo como o Parque Estadual Serra Dourada se configura como paisagem e território em disputa é o escopo central do próximo tópico.

### **O Parque Estadual da Serra Dourada**

O Bioma-Território Cerrado em Goiás conta com 23 Unidades de Conservação, segundo dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMAD, sendo 14 de proteção

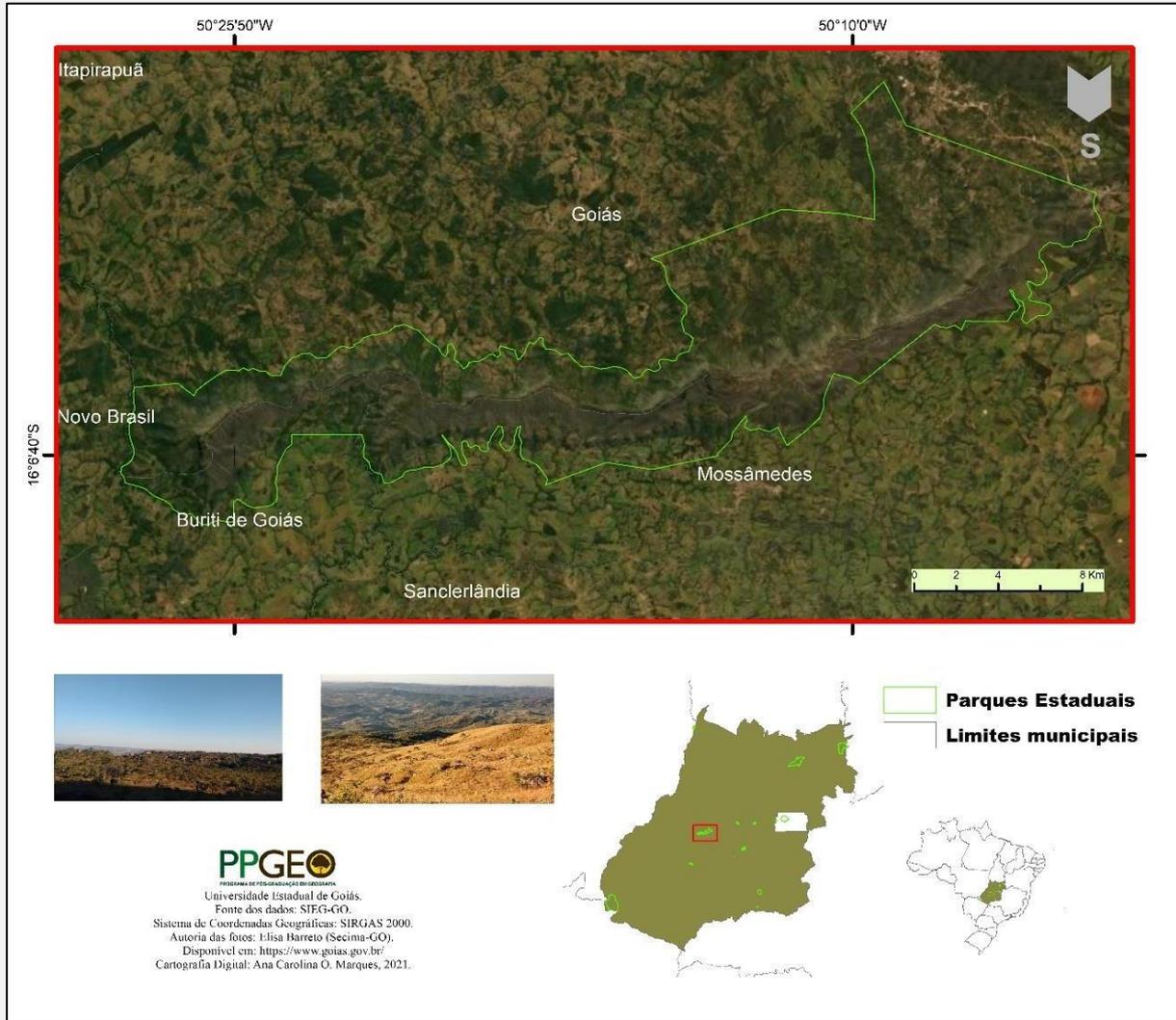
integral (13 parques e 1 estação ecológica) e 10 de uso sustentável (08 áreas de proteção ambiental, 1 floresta estadual e 1 área de relevante interesse ecológico).

**Quadro 1** – Relação das Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável situadas no Cerrado Goiano

<b>UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM GOIÁS</b>	
<b>Unidades de Proteção Integral</b>	<b>Unidades de Uso Sustentável</b>
Parque Estadual Águas Lindas (PEAL)	Área de Proteção Ambiental do Encantado (APA Encantado)
Parque Estadual Águas do Paraíso – (PEAP)	Área de Proteção Ambiental João Leite (APA João Leite)
Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP)	Floresta Estadual do Araguaia (FLOE Araguaia)
Parque Estadual do Araguaia (PEA)	Área de Proteção Ambiental da Serra das Galés e da Portaria (APA Serra das Galés)
Parque Estadual de Paraúna (PEPa)	Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto (APA Pouso Alto)
Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA)	Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João (ARIE São João)
Parque Estadual do João Leite (PEJol)	Área de Proteção Ambiental da Serra da Jibóia (APA Serra da Jibóia)
Parque Estadual dos Pirineus (PEP)	
Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR)	Área de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (APA Serra Dourada)
Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR)	Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA Pireneus)
Parque Estadual Telma Ortegá (PETO)	
Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ)	
Parque Estadual da Serra Dourada (PESD)	Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás (APA Serra Geral)
Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN)	

Fonte. SEMAD (2022) - Organização: os autores.

Dentre as Unidades de Proteção Integral situadas no Cerrado Goiano, se encontra o Parque Estadual da Serra Dourada (Figura 1). Sua importância em termos de proteção da biodiversidade é reconhecida por ambientalistas, pesquisadores e gestores públicos. Contudo, interpretá-lo enquanto território elucida contradições, disputas e conflitos que urdem sua apropriação e representação.



**Figura 1** - Localização do Parque Estadual da Serra Dourada e municípios do entorno  
Organização: Aline Marques - Elaboração: Ana Carolina Marques de Oliveira.

O Parque Estadual da Serra Dourada foi criado no Dia Mundial do Meio Ambiente, no ano de 2003, pelo governo de Goiás, através do Decreto N° 5.768, de 05 de junho de 2003, com área original de aproximadamente 30.000 hectares entre os municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás. Conforme o Decreto, em seu artigo 2º, a criação do Parque teve como centralidade “preservar as nascentes, os mananciais, a flora, a fauna, as belezas cênicas, bem como a controlar a ocupação do solo da região, podendo conciliar a proteção da fauna, da flora e das belezas naturais com a utilização para fins científicos, econômicos, técnicos e sociais”.

Schobbenhaus (2008) define o Parque como um laboratório natural de geodiversidades a céu aberto. Pertence ao relevo goiano, e ao Planalto do Alto Tocantins e Paranaíba (MOURA; CARNEIRO, 2019). Ademais, é um território conhecido por suas paisagens e atrações ecoturísticas.

No seu interior do Parque há vários atrativos e pontos de belezas cênicas, dispendo de cachoeiras, afloramentos rochosos e uma exuberante cobertura vegetal e faunística. Essa Unidade de Conservação é um patrimônio ecológico para o Estado de Goiás e tem por objetivo preservar os mananciais, as nascentes, a fauna, a flora, as belezas naturais, o solo e o subsolo com suas riquezas minerais. Suas paisagens se abrem ao horizonte no Cerrado Goiano.

A exuberância da paisagem encanta com suas areias coloridas, vegetação diversificada de campo cerrado, campos rupestres e floresta estacional. Nele se encontra a Reserva Biológica Professor José Ângelo Rizzo no município de Mossâmedes, utilizada para a realização de estudos, pesquisas ou atividades de cunho técnico-científico. O Parque também é saudosamente conhecido por um monumento natural, chamado Pedra Goiana, localizado em Mossâmedes, impressionante pela sua enorme formação rochosa que se equilibrava sobre fragmentos de rochas menores, até ser deslocada por vândalos no final dos anos 1960. A Pedra Goiana foi derrubada (Figura 2) supostamente com uso de dinamite.



**Figura 2** - Pedra Goiana derrubada nos anos 1960 supostamente com dinamite.  
Autora. Aline Marques (2021) - Fonte. Trabalho de campo (2021).

Há rumores de um projeto do atual (2023) Governador Ronaldo Caiado em reerguer a Pedra Goiana. Numa manhã de sábado, no dia 21/08/2021, o governador acompanhou equipes da Universidade Federal de Goiás – UFG, juntamente com especialistas que estudam estratégias para restaurar a Pedra Goiana (MUNIZ, 2021).

Além do conflito relatado por populares sobre a qual município pertenceria a Pedra Goiana, outros conflitos surgiram posteriormente. Durante 15 anos houve divergências em prol de uma nova delimitação do Parque da Serra Dourada, devido aos questionamentos expostos por ambientalistas, assentados de reforma agrária, pesquisadores e produtores rurais. Em meio a debates e interesses emergiram problematizações acerca dos novos limites com intuito de evitar invasões de fazendeiros, pequenos produtores rurais e ocupações clandestinas. Por conseguinte, compreende-se que o Parque abrange um território que está em disputa e envolve distintas escalas de interesses e pressões econômicas locais e regionais.

### **Um território em disputa no Cerrado Goiano**

A regulamentação política nos termos do processo de demarcação do Parque Estadual Serra Dourada e o acordo firmado entre ambientalistas e produtores rurais, possibilitou o apaziguamento de divergências que duraram 15 anos sob os interesses voltados aos limites do Parque.

A valorização do Parque, como patrimônio, exige atitudes políticas relativa às invasões indevidas nos seus limites. Logo, ações políticas efetivas contribuem para a proteção da reserva biológica, assegurando a biodiversidade, paisagens, memórias e dinâmicas socioculturais.

Antes da criação desse Parque, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Dr. Sullivan Silvestre, pelo Decreto Estadual nº4.866, de 12 de fevereiro de 1998 e teve seu limite ampliado pelo Decreto Estadual nº 5. 169, de 28 de janeiro de 2000 (PINTO FILHO, 2014).

A APA Dr. Sullivan Silvestre tem como objetivo específico, além de preservar a fauna e a flora, a preservação da geologia. Já os objetivos de preservação do Parque Estadual da Serra Dourada são preservação da fauna e flora, além das drenagens, nascentes e da paisagem (PINTO FILHO, 2014, p. 49).

Para o novo limite do Parque, segundo informações contidas no *site* do Governo de Goiás (2018), com perímetro de 23 mil hectares de área total, firmou-se um acordo entre ambientalistas, gestores e produtores rurais, o qual amenizou as divergências relacionadas aos seus contornos.

Após quatro reuniões e muitos debates no Quartel do XX, na antiga capital goiana, o Grupo de Trabalho conseguiu a aprovação, por unanimidade, do novo perímetro do parque que terá área total de 23 mil hectares. O secretário titular da Secima, Hwaskar Fagundes, destaca a importância do trabalho desempenhado pelo Grupo de Trabalho na efetivação deste acordo que vai trazer ganhos ambientais para os municípios envolvidos. (GOVERNO DE GOIÁS, 2018).

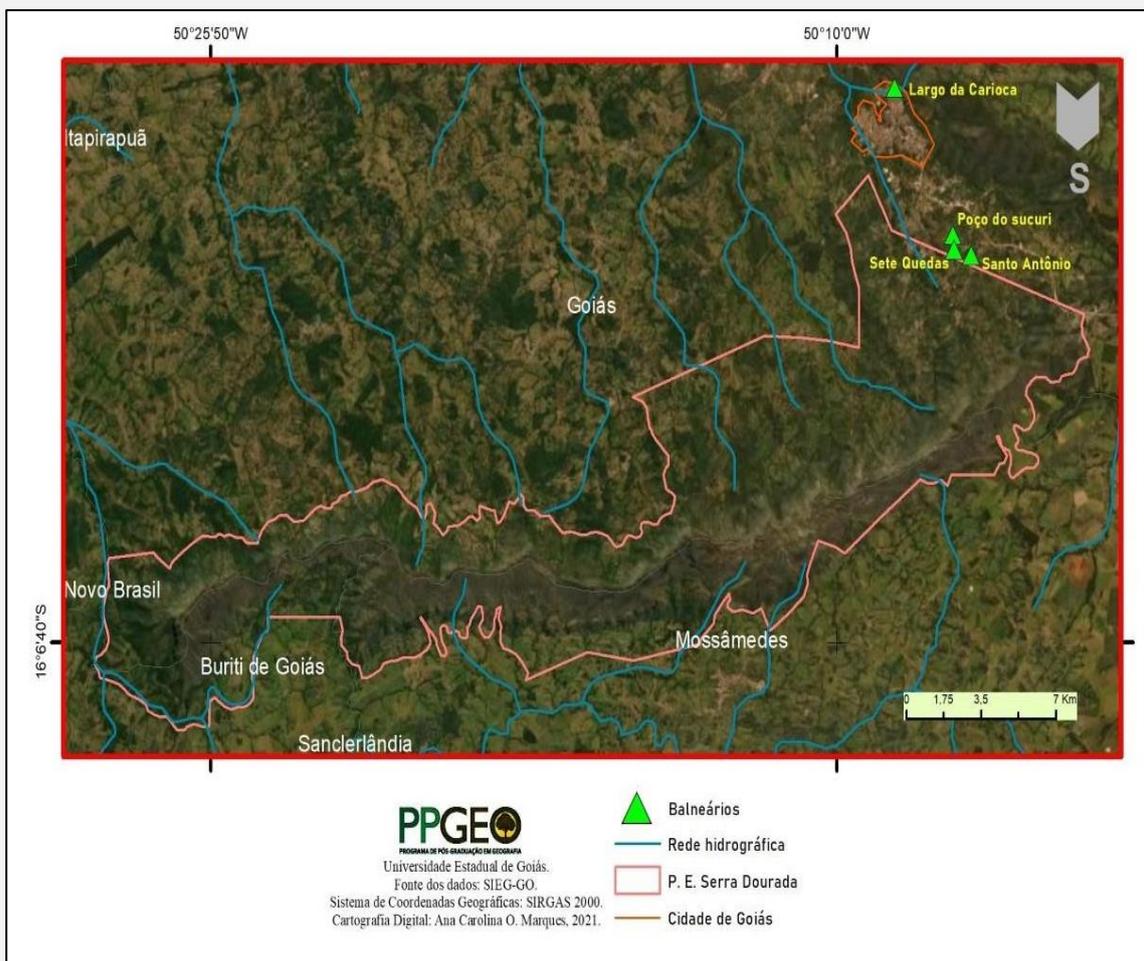
O acordo fechou-se em abril de 2018, após a portaria da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, que criou um grupo de trabalho para resolver a demanda de redefinição do território do Parque. Com a nova proposta foi aprovada, por unanimidade, o novo perímetro do Parque, com área total de 23 mil hectares. Após realizar o acordo e definir as tramitações finais na SECIMA, o processo se concluiu com a minuta de lei encaminhada à Casa Civil com projeto de lei remetido à Assembleia Legislativa.

Os limites do Parque foram reduzidos devido às ocupações inseridas em seus limites, como: casas, currais, área de pasto, lavouras, confinamentos, granja e piscicultura, somadas e consideradas como 75 benfeitorias que foram concebidas pelo grupo de trabalho como áreas que não possuíam atributos ambientais e sem interesse de conservação. Pontua-se que essas benfeitorias foram excluídas da área do Parque e, se caso continuassem inseridas, o Governo do Estado teria que desapropriá-las, influenciando, portanto, na economia da gestão desta unidade. (GOVERNO DE GOIÁS, 2018).

O Grupo de Trabalho que tratou da questão identificou 75 benfeitorias dentro do perímetro anterior do parque (como casas, currais, áreas de pasto, lavouras, confinamento, granja, piscicultura), que foram consideradas áreas que não tinham atributos ambientais e nem interesse de conservação. Pelo acordo firmado, essas benfeitorias foram excluídas da área total do parque. Caso essas benfeitorias continuassem incorporadas ao parque, o Governo do Estado teria de desapropriar, destruir, recompor e remover essas áreas, com o custo de financeiros adicionais. Dessa forma, a exclusão das benfeitorias representou redução de 70% no valor de desapropriação e economia na gestão da unidade. (GOVERNO DE GOIÁS, 2018).

A opção de não expropriar as benfeitorias que existiam dentro da área anterior do Parque Estadual da Serra Dourada demonstra o exercício de uma política de apaziguamento

de possíveis conflitos ambientais e territoriais. O entorno do Parque é tradicionalmente ocupado por fazendeiros tradicionais que exercem poder político local, além de áreas de assentamentos, balneários e interesses da mineração. No caso dos balneários, além de se constituírem como áreas de recreação e lazer, revelam o modo como as paisagens e as áreas do Cerrado integradas ao Parque estão em disputa. (Figura 3).



**Figura 3** - Balneários no Parque Estadual da Serra Dourada/ bacia do rio Vermelho  
Organização: Aline Marques - Elaboração: Ana Carolina Marques de Oliveira

Identifica-se, na figura 3, a presença de quatro balneários que estão ligados ao Parque. O balneário Largo da Carioca encontra-se de fora da delimitação do Parque, enquanto os balneários Santo Antônio, Poço do Sucuri e Sete Quedas estão na divisa do Parque, após a nova delimitação realizado no ano de 2019. Ressalta-se o uso das águas dos córregos da Serra

Dourada para uso comercial e turístico, destinado ao abastecimento de clubes e piscinas. (Figura 4).



**Figura 4** - Vista parcial do Balneário Santo Antônio, município de Goiás, com destaque para as piscinas internas

Autora. Aline Marques, 2021 - Fonte. Trabalho de campo, 2021.

Além das águas, os minérios do subsolo da área do Parque e seu entorno também estão em disputa. Com ênfase na mineração, uma realidade que fratura territórios em Goiás, Gonçalves (2021) afirma que é expressiva a pressão das mineradoras para alteração da legislação ambiental no país. Além desse fator, nota-se que nos últimos anos, a busca por vantagens econômicas através dos grandes lucros advindos da mineração, tem crescido de forma intensa e predatória no Cerrado. No entorno do Parque Estadual da Serra Dourada, a mineração de ouro nas cidades de Goiás e Faina tiveram grande impacto. A extração de areia e calcário (Figura 5), também está incluída no processo de extração mineral nos contornos da bacia hidrográfica do rio Vermelho.



**Figura 5** - Extração de calcário em pedra da Mineradora Itacuã, Mossâmedes (GO)  
Autora. Aline Marques (2020) - Fonte. Trabalho de campo (2020)

A figura 5 sinaliza os efeitos da mineração a céu aberto nas paisagens que circundam o Parque que, somada a demais atividades como a agropecuária e o turismo, o extrativismo mineral demonstra como os territórios do Cerrado são disputados e cindidos. Ademais, na bacia do rio Vermelho as novas estradas, estações de tratamento de esgotos, monoculturas, áreas de pastagens e a urbanização promovem implicações ambientais que agravam as pressões territoriais no Cerrado Goiano.

Desse modo, as atividades econômicas extrativas no entorno do Parque podem resultar em situações de conflitos ambientais. A pesquisa sobre o Parque Estadual da Serra Dourada demonstra que esse território está em disputa no Cerrado Goiano. Por isso, ao se considerar a política das Unidades de Conservação, acredita-se ser fundamental fortalecer a perspectiva territorial pautada pelas interpretações geográficas.

## Considerações finais

O Parque Estadual da Serra Dourada, além de contar com a exuberante paisagem natural, expressiva da geodiversidade do Cerrado, com relevo, solos, flora e fauna, é um território em disputa. Esse argumento permeou as análises desenvolvidas no presente texto.

Demonstrou-se que mesmo com o aparato legal que institui uma Unidade de Conservação, ela está exposta às pressões por redemarcação, interesses de distintos atores econômicos, culturais, ambientais e políticos.

Práticas de trilhas ecológicas, trabalhos de campo e pesquisas, atividades de ambientalistas e professores, fazem do Parque um importante patrimônio natural em Goiás. Por outro lado, interesses economicistas minerários, do turismo e de fazendeiros tradicionais exemplificam o modo como ele pode ser considerado um território em disputa.

A ação de pesquisadores, estudantes, guias turísticos, garimpeiros, ambientalistas, gestores públicos, proprietários de terras, donos de balneários e assentados de reforma agrária demonstra que no Parque há uma aglutinação de distintos atores, interesses e conflitos. Nos últimos anos, a proposta de redemarcação é ilustrativa das disputas, conflitos e interesses empenhados no território do Parque.

As águas, a vegetação, os minérios do subsolo e as paisagens são bens naturais em disputa pelo turismo, a mineração e a agricultura. Neste sentido, frente ao avanço global do capital para controle da natureza, reafirmar a proteção de áreas naturais como o Parque Estadual da Serra Dourada é imperativa. Para a defesa do Parque contra a economia predatória, a união de forças entre universidades, movimentos sociais, atores do turismo sustentável, ambientalistas, estudantes, gestores públicos e pesquisadores é essencial. Mantê-lo protegido é também uma ação em defesa do Cerrado.

## Agradecimentos

Agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP-UEG), pela concessão de recursos por meio de bolsa de mestrado e do Pró-Programas (2021 e 2022), que vem permitindo a consolidação do PPGEO-UEG e do Laboratório de Geoprocessamento para Análises Ambientais e Territoriais do Cerrado – LabCerrado. O segundo autor agradece também ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão de bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ.2).

## Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.) **Tantos Cerrados:** múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Vieira, 2005.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta.** (Tese de livre docência), Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO: 2019.

CHAVEIRO, Eguimar F.; BARREIRA, Celene Cunha M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, Denis.; PELÁ, Márcia. (Org.). **Cerrados:** perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.

PINTO FILHO, Ricardo de Faria. **Inventário e avaliação da diversidade no município de Goiás e Parque Estadual Serra Dourada.** 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. **No horizonte, a exaustão:** disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. **Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás**, v.9, n.2, 2020.

GOVERNO DE GOIÁS. Acordo define novo limite do Parque Estadual Serra Dourada. 2018. Disponível em: <<https://www.goias.gov.br/servico/33-meio-ambiente/114009-acordo-define-nova-%C3%A1rea-do-parque-estadual-serra-dourada.html>>. Acesso em: 22/11/2022.

MARTINS, Alécio *et al.* **Reconfiguração do Cerrado:** uso, conflitos e impactos ambientais. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MOURA, Filipe Borba.; CARNEIRO, Vandervilson. A. Trabalho de campo no Parque Estadual da Serra Dourada: um olhar da disciplina de Tópicos de Geodiversidade. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 8, n. 2, p. 56-66, 2019.

MUNIZ, Thaís. **Governo de Goiás e UFG vão recolocar a Pedra Goiana em seu local de origem.** Disponível em: <<https://www.curtamais.com.br/goiania/governo-de-goias-e-ufg-vo-recolocar-pedra-goiana-em-seu-local-de-origem>>. Acesso em: 08/12/2021

SANTOS, Sara Alves dos. **As unidades de conservação no Cerrado frente ao processo de conversão.** 105 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Unidades de Conservação em Goiás**. 2022. Disponível em: <  
<https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1082-unidade-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-em-goias.html>>. Acesso em: 20/01/2023.

SCHOBENHAUS, Carlos. Prefacio. In: NASCIMENTO, Marcos. A. L.; RUCHKYS, Úrsula A.; MANTESSO-NETO, Virgínio. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. Natal: EdUFRN, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Difel, 2019.